



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O CAMINHO DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Autor: Joelma Maria Bento de Araújo

Orientador: Ofélia Maria Barros

Universidade Estadual da Paraíba – joelmastory@hotmail.com.br

Universidade Estadual da Paraíba – ofelia.barros@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar o resultado de uma pequena parcela da pesquisa iniciada dentro do projeto PIBIC onde tem como tema A Descolonização do Conhecimento e a Proposta de Construção de uma pós-escola: Currículo e Diversidade. Nesse sentido, o exposto ressalta a análise as ações de construção do currículo escolar a partir das políticas de atualização e formação de professores. Ainda assim levam-se em consideração os debates a cerca das orientações para uma educação da diversidade em oposição ao etnocentrismo. Acreditamos que é preciso refletir sobre a qualidade da formação e as opções de atualização profissional. A educação para a diversidade pressupõe a preparação do professor e do sistema educacional. Contudo, achamos necessário que essas questões voltadas às práticas educativas venham a ser discutidas e questionadas. Só assim, podemos tentar chamar atenção da importância do compromisso com a educação.

Palavras-chaves: Educação, diversidade e currículo.

Introdução

“Sem mestre todo ensino é impossível. O mestre no centro da escola é o mesmo que o motor no centro de uma fábrica ou de um engenho. Como faltando o motor o engenho ou a fábrica fica sem movimento; faltando o mestre, a escola não pode trabalhar.” (OLIVEIRA,2003, p. 203)



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Por muito tempo a educação foi vista como uma fonte de emancipação e liberdade, na qual, através e por meio dela o homem alcançaria a tão sonhada e desejada “liberdade”. Nesse caso, competia à educação “aperfeiçoar” a “natureza humana” pela formação da razão e pelo acesso ao conhecimento.¹ Esse foi o projeto pedagógico defendido pelos iluministas. Que por sua vez, estava centrado na lapidação da razão e que esta aprimoraria a sua prática no processo de transfigurar a humanidade numa sociedade politicamente justa e igualitária. Para o professor e filósofo Pedro Goergen (2001, p. 60-61) a relação pedagógica moderna e sua contribuição para a criação e distribuição do conhecimento, considerado enquanto legítimo, partiria de uma visão da escola como uma instituição universalista a promover ideias unificadoras. Goergen acredita que, essa relação pedagógica mesmo que de forma sublinhada é suspeita e tem como conjectura aspectos ligados a uma cultura dominante.

Ao longo dos tempos e as transformações sociais e políticas no processo de formação do homem emancipado e livre (esse através da razão) foi aos poucos se encaminhando para o ideal burguês. Essa concepção elucida uma razão instrumentalizada de modo que, ela foi arrebatada da emancipação. A verdade é que passamos por um turbilhão de mudanças que se reflete de forma direta e indireta no processo educativo.

Nesse sentido, nos é conveniente perguntar a educação tornou-se mercadoria e, como tal, esta sujeita a todas as leis do mercado? Goergen diz que existe um perigo no mundo pós-moderno de uma homogeneização das mentes individuais voltada para uma personalidade diferencial. Em outras palavras ele fala que a ideia de sociedade esta aos poucos sendo substituídas pela de mercado e nesse sentido, nota-se as instituições educativas e os indivíduos devem cuidar de sua própria sorte.

“[...] não acredito que o caminho seja de defender a tradição moderna a qualquer custo nem o de aderir alegremente ao novo evangelho da desconstrução de tudo o que o homem e a sociedade construíram ao longo dos últimos séculos. O que os educadores devem fazer não é escolher entre Habermas ou Lipovetsky, mas, participar do debate entre outras vozes da sociedade, os princípios que possam orientar nossa prática educativa.” (GOERGEN, 2001, p.76-77)

¹ GOERGEN, 2001, p. 60



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A escola e o ensino no Brasil vêm nos últimos anos passando por inúmeras reformulações. Entre essas destaca-se a atenção ao currículo e seus conhecimentos, dentre os quais ressalta-se a questão da diversidade e os seus desdobramentos políticos e sociais. As práticas educacionais desenvolvidas nesse período e que promovem a inclusão na escola regular dos alunos com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla), com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades, revelam a mudança de paradigma incorporada pelas equipes pedagógicas. Essa são ações que demonstram um compromisso e uma preocupação com a atualização dos saberes que são ensinados na escola, consequência das próprias transformações históricas.

A partir do século 21, a produção de conhecimento ocorre em um ritmo muito acelerado. Isto é acesso à informação e ao conhecimento acontece também com muita rapidez. Com isso, há necessidade do estudo constante e atualização por parte dos profissionais. Soma-se a isso o fato de a educação inclusiva e para diversidade ser uma prática em construção. O saber está sendo construído à medida que as experiências se acumulam, aprimoram as práticas anteriores e concretizam a inclusão.

É preciso refletir sobre a qualidade da formação e as opções de atualização profissional. A educação para a diversidade pressupõe a preparação do professor e do sistema educacional com a: a valorização profissional do educador, por meio de apoio e estímulo; o aperfeiçoamento das escolas, para a oferta do ensino; o apoio e parceria da Educação especial e a promoção do trabalho em equipe.

No entanto, é nesse momento que se faz necessário as escolhas, e se colocar em sentença o que nos interessa, o que nos é viável a nível de informação, como o que deve ser levado a crítica. E é por essa necessidade de convivência que é fundamental uma Educação em Direitos Humanos. Visto que a educação não é uma missão fácil e instantânea, esse se define por ser mais amplo e sobre tudo instrumento construtor da ética de uma sociedade ou indivíduo, nos dando a entender que educar é construir um mundo mais digno. Educar não é só formar ou treinar indivíduos, aprimorar qualidades, habilidades e competências, mas é também por meio da educação que podem



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

surgir indivíduos conscientes, críticos humanos, indivíduos estes que podem não possuir qualificação acadêmicas, mas muito conhecimento para compartilhar (AMARAL,2013.p.43).

Visto que a educação é uma construção, onde o ensinar e o aprender se encaixam ao individuo tanto dentro de sala de aula como no trabalho, em casa e nas ruas. Essa educação trata em construir um mundo mais digno nesse sentido nota-se que essa não é só uma visão daqueles que circulam os corredores acadêmicos mais também das mais diversas culturas populares. Sendo assim, a conveniência política que transforma a educativa acaba por responsabilizar a educação pelas consequências da vida social. Nesse sentido, a educação voltada para os direitos humanos possibilita a formação de um senso crítico, reconhecendo os problemas históricos sociais, tendo a possibilidade de incentivar os conhecimentos multidisciplinar, transdisciplinar e interdisciplinar a respeito da condição humana. Essa educação ainda possibilita a promoção da justiça social, da valorização da pessoa humana, fortalecendo a humanização e a sensibilização bem o dialogo e a interação social construtiva, plural e democrática. A educação é o único meio que tornará os seres humanos de fato humanos e uma das formas de combater a discriminação é investir em ações educativas que visem ao fortalecimento de grupos vulneráveis, ou seja, as maiores vítimas de violação aos direitos humanos. (MAIA, 2010,p.85)

A escola deve não só reconhecer os problemas social o qual a sociedade que o cerca passa, mas também fazer parte dos planos de soluções visando uma educação popular, se distanciando dos moldes que enclausuram e tornam tão rígidas as relações entre professor e aluno, sociedade e escola. A questão da democracia deve ser melhor explorada, homens, mulheres, brancos, negros, indígenas, homo e heterossexuais, portadores de necessidades todos devem ter acesso a seus direitos que está diretamente ligada a democracia que em poucos passos caminha junto ao cotidiano do individuo. No entanto, “a conquista de direitos depende da luta pelos direitos”, e nesse sentido é interessante refletir que a cultura em direitos humanos deve fazer parte da vida cotidiana do individuo, fazendo-os conhecer seus direitos e deveres, e acima disso entender que os direitos humanos são direitos que visam à proteção de todos e não se limita apenas ao direito de criminosos(mito que está vivamente vagando a mente de muitos) como por exemplo.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A Declaração Universal de direitos Humanos regida pela aprovação da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1948 diz em seu I artigo que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, agindo todos uns em relação com os outros com espírito de fraternidade. Sendo assim, quando uma pessoa nasce igual ela nasce livre e essa liberdade estar dentro dela , em sua “inteligência e consciência”, no entanto o individuo em sua caminhada acaba recebendo influências da educação do meio social o qual vive, o que não quer dizer que sua liberdade foi eliminada , pelo contrario foi através dela que se tomou rumos referentes. Nesse caso não podemos obrigar a uma pessoa tomar todos os seus direitos por respeitarmos a sua liberdade, mas é fundamental que todos disfrutem dos direitos humanos e isso é efetivo na vida de uma pessoa e não obrigação.

A Educação em Direitos Humanos nesse sentido se faz essencial não por uma obrigação, mas sim por uma questão humanitária, de valores e de compromisso social, como educadores cabe-nos ligarmos e entendermos que a educação das massas populares se faz através da participação de toda comunidade executando as mais diversas atividades em prol da dignidade, da sensibilização e da humanidade (no sentido de humanizar). Como diria Silva (2008, p.103), a sensibilização dos sujeitos envolvidos, a proximidade com o contexto escolar da escolar, o conhecimento da problemática dos direitos humanos no contexto escolar e comunitário, a leitura critica da realidade e sua articulação com os direitos humanos, a problematização das questões sociais que contribuem para violar a dignidade da pessoa humana, a fundamentação teórico-metodológico para compreender de que modo os direitos humanos são importantes para a consolidação de uma cultura democrática, a construção coletiva de ações culturais e educativas que respondam ás demandas sociais, o processo de avaliação e acompanhamento sistemático .

Diante do exposto, nos lançamos a questões de educação e educador englobando o direito a liberdade de fazer parte de uma educação não eurocêntrica, mas voltada a uma realidade étnico-racial, mas diversa que nos identifique como sujeitos de uma história que já nos é partícula, mas que na mesma medida é forjada pelos moldes lançados a sociedade.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Metodologia

O método utilizado durante o percurso da nossa pesquisa na escola foi à aplicação de questionários. Pudemos através da resposta de uma parcela do público que compõem esse ambiente escolar entender os conflitos que envolvem o verdadeiro cenário educacional. O elemento de amostragem foram os seres humanos e o universo escolar paraibano, a moldura de amostragem foi composta por professores da escola que atuam na área de humanas (Letras, História e Geografia) respectivamente do ensino fundamental II e Médio e alunos. A seleção da amostra foi realizada no momento da aplicação dos questionários.

Resultados

Os questionários aplicados aos professores constituiu-se de 16 questões divididas em 3 seções: a primeira seção de questionário (1 a 6) diz respeito a identificação do profissional. Buscamos entender aqui, o tempo que o professor está em sala de aula e se ele busca alternativas de aperfeiçoamento em relação à prática educacional. Na segunda seção de questionários (7 a 10) procuramos entender como o profissional vê seu ambiente de trabalho e o corpo de gestores que forma esse espaço, ainda assim, como ele enxerga o alunado. Procuramos ainda entender qual a posição desse profissional em relação a questões étnico-racial e como ele lida com essas questões dentro da realidade que é hoje o espaço educacional. A terceira seção de questionário (11 a 16) referencia a prática educacional, o Plano Político Pedagógico da escola, a prática da lei 10639/03 em sala de aula e a Educação em Direitos Humanos. Buscamos como objetivo aqui, entender como o professor lida com o PPP, se a lei 10639/03 é posta em prática, o que os gestores da escola tem feito para dinamizar uma educação digna onde os alunos possam ter acesso de forma prática aos pontos do PPP, e o que os professores tem feito para colocar em prática as leis postas pela LDB.

No tocante a idade dos professores pesquisados, 50% tem de 30 a 40, 17% tem de 40 a 50 e 33% tem de 50 ou mais de 60 anos de idade. Estes valores estão distribuídos em uma margem de 50% para o sexo feminino e 50% para o sexo masculino onde 31% se definem como de cor branca, 47% de cor parda e 22% de cor negra. Ao questionarmos a existência de professores com pós-graduação (Gráfico1) conseguimos coletar o seguinte resultado, 67% dos professores submetidos ao

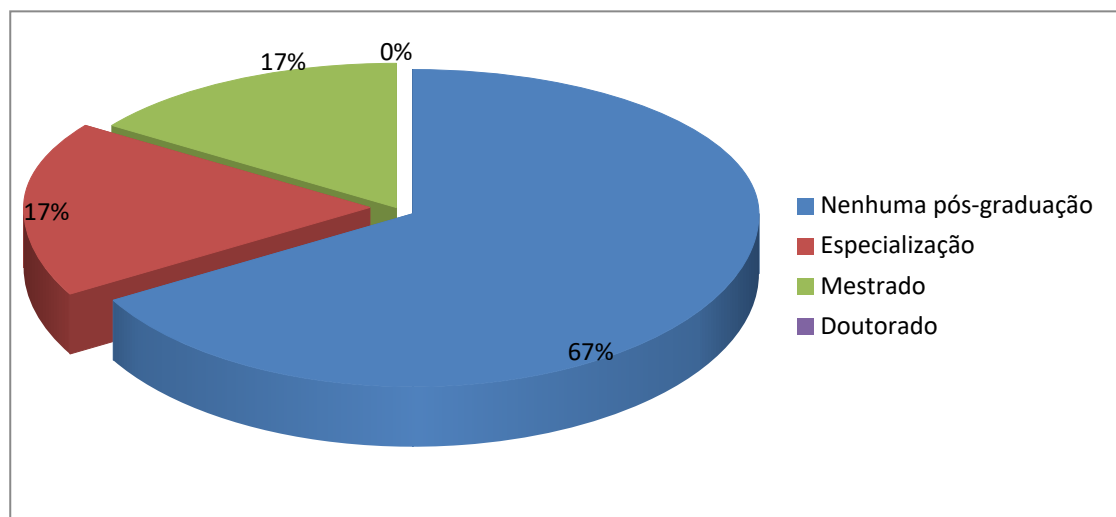


II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

questionário não possuem pós-graduação, 16% possuem especialização, 17% possuem mestrado e 0% possuem doutorado.

Gráfico 1: Professores que possuem pós-graduação



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A segunda seção de questionários compreende a análise quanto ao ambiente escolar. O professor foi questionado quanto às mudanças e permanências em relação a esse espaço. Iniciamos a seção inquirindo se o ambiente escolar é uma importante ferramenta capaz de formar cidadãos bem sucedidos e de bom caráter. O resultado foi o seguinte, 67% dos questionados mostraram que a escola deve ser o lugar no qual aqueles que a fazem, estejam sempre em diálogo. No entanto, uma escola segura, dotada de um bom apoio material e profissional fará do ambiente escolar um lugar atraente, saudável e eficaz aqueles que em algum momento se sentem desmotivados a educação. 33% informaram que uma escola segura e direcionada por uma equipe profissional e motivada é importante para que o aluno possa florescer, mas acredito que a função do professor é de apenas alfabetizar.

Ao analisarmos a posição do professor quanto ao rendimento do alunado em processos de avaliações externas obtemos os seguintes resultados, 50% responderam que a pesar da maioria dos estudantes da referida escola não se interessarem a aprender, os referidos professores acreditam que



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

o processo de ensino aprendizagem ira aflorar em algum momento da vida madura do alunado o despertando o desejo de um ensino superior. 50% informaram “Talvez”, impondo a dificuldade do alunado em dominar algumas disciplinas básicas do currículo como principal barreira de bons êxitos em processos externos, alegando que essa dificuldade é um reflexo da má qualidade das aulas onde a desmotivação do professor é o ponto substancial desse problema.

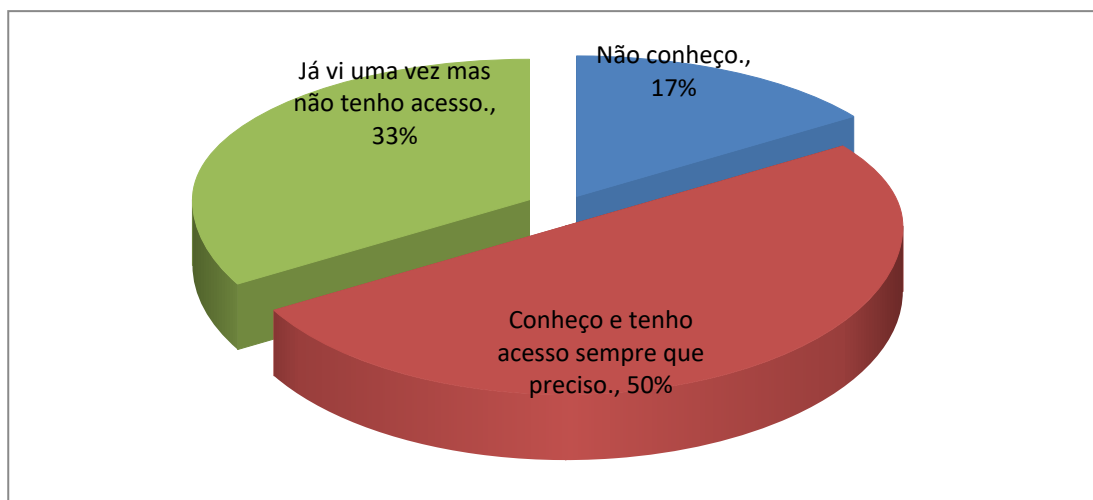
Questionamos os educadores quanto a possibilidade de bons resultados dos alunos na escola por motivos exclusivamente raciais. O resultado foi unanime onde 100% dos questionados responderam que a cor da pele não define caráter, nem capacidade intelectual, acreditando eles que todos tem capacidade de aprender e se dar bem em grande ou pequena escala, dependendo da força de vontade de cada um. Em relação a motivação e posição do educador quanto ao ambiente educacional, todos foram uniforme 100% em responder que mesmo ciente da desvalorização do professor os mesmo vão trabalhar na maioria dos dias motivados procurando sempre perseguir oportunidades de capacitação na busca de se tornarem melhores professores.

Referente ao domínio e compreensão do Projeto Politico pedagógico (Gráfico 2) coletamos os seguintes resultados, 17% dos questionados não conheciam ou não sabia o que era, 50% se julgaram conhecedores do material e alegaram que tinham acesso sempre que precisavam e 33% já viu ou ouviu falar mas não tinha acesso ao material.

Ao questionarmos sobre a utilização de material extra durante as aulas como Datashow, jogos interdisciplinares, aulas de vídeo, bibliografias distintas entre outros materiais. Ficamos surpresos com o resultado, 50% dos professores questionados transpareceram que “Não” tinham costumes de utilizar outro material a não ser o livro didático (detalhe que nos levou a refletir e comparar este resultado com a questão anterior o qual 100% dos questionados informaram que perseguiam oportunidades de se tornarem melhores professores). 50% transpareceram que sempre procuravam inovar as aulas e utilizavam sim materiais extras. Nas questões referentes a lei 10639/03(Gráfico 3) , 16 % não conheciam a lei, 17% já tinha ouvido falar mas não tinha interesse de cola-la em prática e 67% conhecia a lei e sempre procurava meios de coloca-la em prática em suas aulas.



Gráfico 2: Referente ao Projeto Político-Pedagógico



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

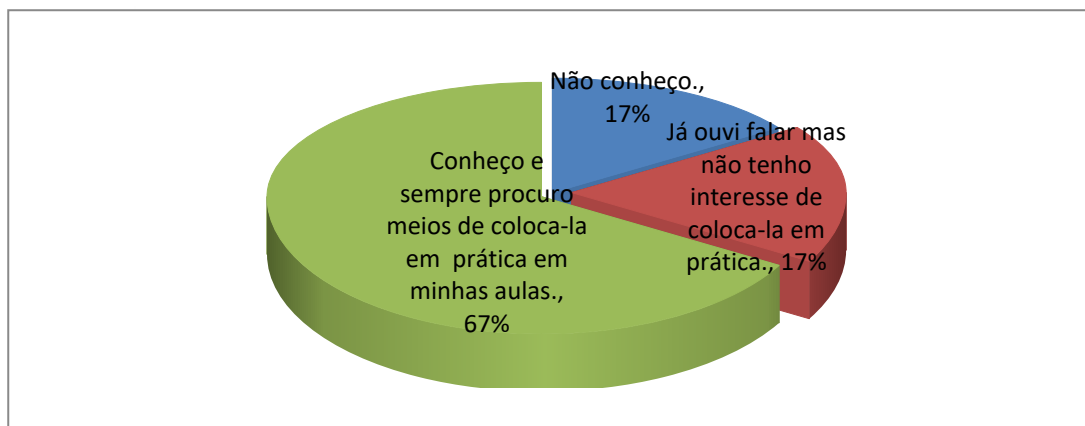
74% acredita que falte apoio maior aos gestores de sistema de ensino, as equipes gestoras das escolas e professores para que haja uma concretização de uma educação voltada para as relações étnico-raciais na escola, 26% ficaram em dúvida transparecendo que cada educador poderia fazer a sua parte independente de gestão ou outros tipos de apoio. Em relação as situações de bullying envolvendo alunos, 17% dos professores alegaram presenciar esse tipo de situação em sala de aula, 83% alegaram que não e se ocorresse saberiam lidar com a situação. Ao tratarmos da inclusão dos direitos humanos nas aulas de ensino regular 83% acredita que a educação em direitos humanos se faz essencial, assim o aluno saberia lidar melhor com questões sociais como a questão do racismo, 17% acredita que talvez seria interessante, esses afirmaram acreditar que a educação em Direitos humanos não mudaria muita coisa no cotidiano dos alunos.

Gráfico 3: Os que conhecem a Lei 10639/03



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Conclusão

Este estudo trouxe a lume da realidade de como anda o sistema educativo e os pares o qual a forma. Constatou-se que o educador encontra-se em contradição tentando mascarar a realidade do sistema educativo através das praticas o qual não existem e em suma das vezes não faz por onde se quer que existam. A maioria das perguntas lançadas fazia uma sincronia entre as seções, no entanto, enquanto se respondia em uma seção que o referido questionado buscava constantemente maneiras de se capacitar na busca de se tornarem melhores professores, em outra seção os mesmos respondiam (grande maioria) que não possuíam pós-graduação e não gostavam de utilizar matérias extras durante as aulas, o que as torna (a aula) mecânica, cansativa e desmotivante.

Outro dado considerado alarmante é o fato de uma grande maioria dos questionados não conhecerem o Projeto Politico Pedagógico da escola o qual trabalham o que nos leva a constatar a falta de compromisso com o cumprimento de algumas leis que por ventura devem estar contidas no material e que serve automaticamente de apoio ao educador. No entanto, considera-se que existe uma desconexão entre a gestão da escola e o educador o que acaba por refletir nas aulas ministradas. O descumprimento da lei 10639/03 é outro ponto a ser analisado e questionado. Uma boa parcela dos professores não conhece a lei, o que consequentemente torna inexistente seu cumprimento em sala de aula.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Contudo, achamos necessário que essas questões voltadas ao descumprimento das práticas educativas venham a ser discutidas e questionadas. Só assim, podemos tentar chamar atenção da necessidade do compromisso com a educação como da desconstrução de certos estereótipos que ainda por muito permeia os corredores escolares, assim, como as mentes dos educadores. A educação não é um trabalho simples e fluente, pelo contrario é árduo, pesado e em muita das vezes desmotivante, e se alguém se comprometer a fazer esse trabalho, que no mínimo seja feito com dignidade.

Referências Bibliográficas

_____ Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília:MEC, 2005.

GUTIERREZ, José Paulo; URQUIZA, Antônio H. Aguilera; Direitos Humanos e Cidadania: desenvolvimento pela educação em direitos humanos. Campo Grande: UFMS, 2013.

KARNAL, Leandro. (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005.

LARROSA, Jorge. Nietzsche & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.
SODRÉ, Muniz. "Reinventando a Educação: Diversidade, Descolonização e Redes". Rio de Janeiro, Editora Vozes , 2012.

NASCIMENTO, José do. Direitos Humanos, Multiculturalismo e as Diversidades Culturais. Campo Grande: IDHMS, 2010.

OLIVEIRA, A. de Almeida. O Ensino Público. V.4. Brasília Senado Federal: Conselho Editorial,2003.

PEDRO, Goergen. Pós-Modernidade Ética e Educação: Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 2001.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SCHNEIDER, Dalton. Desafios para os educadores: ensino de história local e multicultural;

SELVA, Guimarães Fonseca. A História da Educação Básica: Conteúdos, abordagens e metodologias;

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade; uma introdução as teorias do currículo, 2 ed, Belo Horizonte: Autentica, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA. Tomaz Tadeu, MOREIRA. Antônio Flávio. (orgs) Territórios Contestados: O currículo e os novos mapas políticos e culturais, Petrópolis: Vozes, 1995.